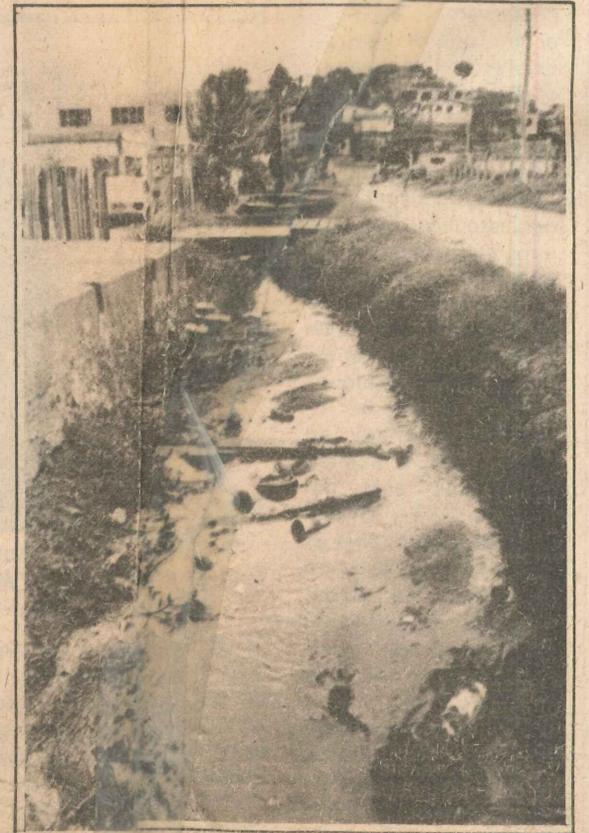
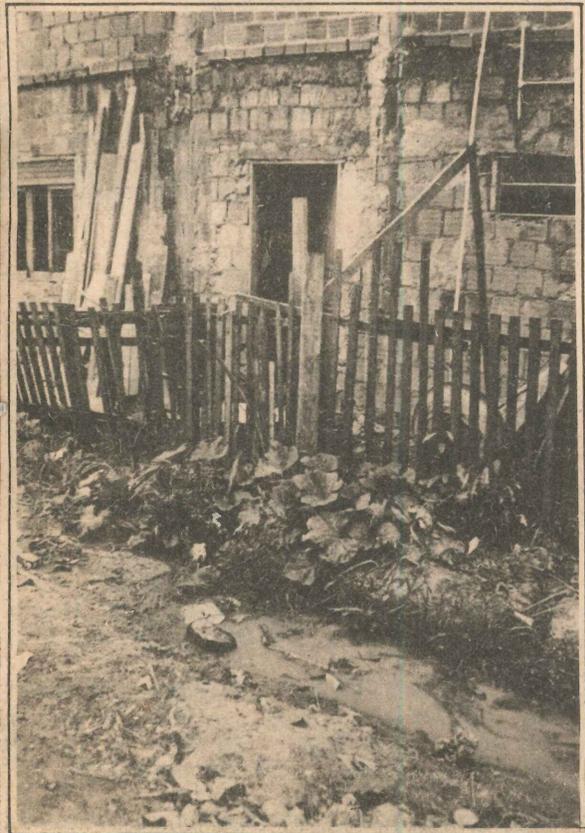
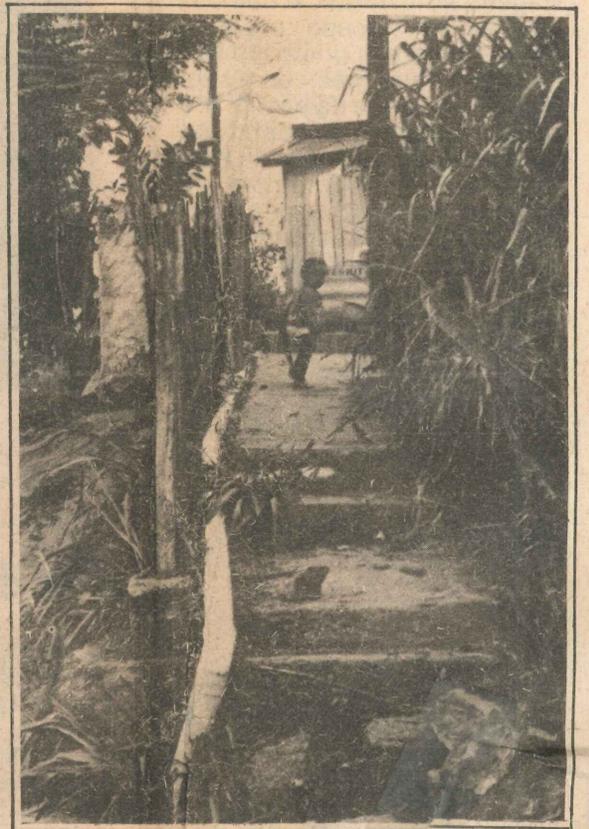
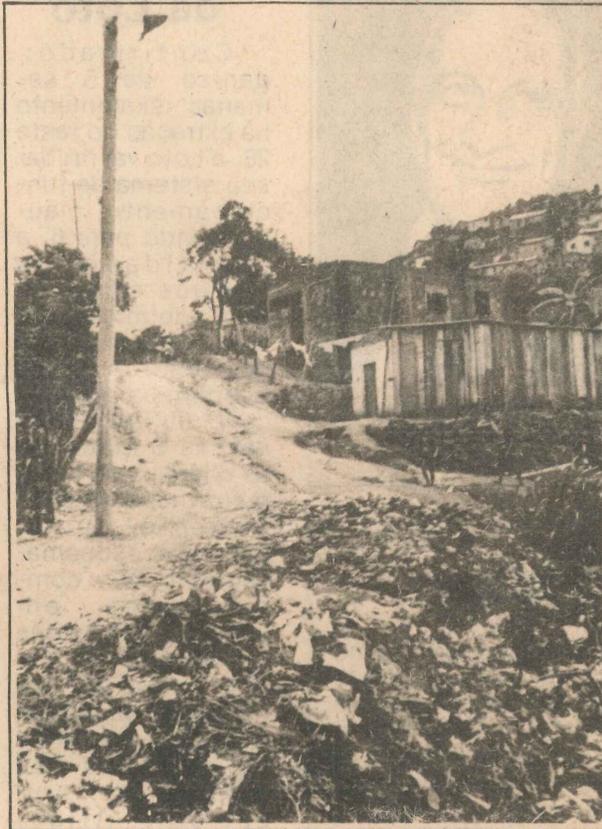


Retrato do Itararé

A119328



Um bairro questiona o Promorar

Um bairro questiona o Promorar

No melhor estilo de organização popular, os moradores do bairro Itararé esqueceram o descanso de domingo, à tarde, e realizaram uma assembléia geral. Nela, eles decidiram não aceitar o Programa de Erradicação de Moradias Subumanas — Promorar, um projeto federal com implantação prevista para o bairro. Em contrapartida, vão elaborar seu próprio projeto para a melhoria de suas condições de vida.

Por Jonas Reis
Fotos de Murilo Rocha

Não estava prevista a passagem de uma banda, nem era dia de festa; mas o bairro acordou diferente e muito mais movimentado que o usual, no último domingo. Desde bem cedo, na manhã, um velho carro percorria, as ruas, com um alto-falante instalado na cobertura, lembrando uma forma de comunicação muito utilizada para avisos à população, nas cidades do interior. E anunciava:

— Hoje, às 14 horas, não perca a assembléia geral dos moradores do Itararé. Você sabe que se o Promorar chegar, sem a sua casinha você pode ficar? Hoje, às 14 horas, não perca...

A assembléia não era o primeiro passo dos moradores do bairro para discutir o projeto de urbanização que o Governo Federal está implantando em algumas áreas habitadas por populações de baixa renda. Várias reuniões já haviam sido realizadas, por ruas, e agora o assunto ganhava as esquinas, enquanto os moradores do Itararé se preparavam para um posicionamento sobre o programa.

COMISSÃO

O movimento é comandado por pessoas do próprio bairro, que formam a comissão de frente. Nas reuniões, eles explicam aos outros moradores que o Promorar prevê a instalação de serviços de infra-estrutura física para os bairros, legalização de terrenos, serviços de infra-estrutura comunitária e, em alguns casos, construção da casa embrião — uma moradia com apenas um cômodo pequeno e um banheiro.

Dizendo que, à primeira vista, o projeto encaixa "direitinho" com tudo aquilo que os bairros precisam, eles lembram aos moradores que é preciso ter cuidado, pois "na nossa sociedade as coisas não acontecem por acaso, e tudo que o Governo faz é com algum interesse". Para a comissão organizadora do movimento, nada mais simples que a estória do mendigo que desconfia ao ver muita esmola, para explicar aos moradores o que pensam do Promorar — eles acham que, se o projeto pretendesse mesmo beneficiar populações carentes,

iria para áreas ainda menos privilegiadas que a deles:

— E não é só isso. É verdade que os benefícios do Promorar interessam ao povo. Mas é bom lembrar que eles não serão de graça. Os moradores vão ter que pagar uma boa parte das obras. É bom lembrar que quem mora em bairro rico não paga urbanização. E por que é que o povo pobre tem que pagar? O Estado, isto é, o Governo, as prefeituras, as companhias de água e energia, são responsáveis pelos problemas de infra-estrutura dos bairros. O Estado tem obrigação de fazer estas obras com o dinheiro arrecadado dos impostos que o povo paga. E, de repente, ele cria um programa que vai implicar em gastos para a população. Além disso, depois que o bairro estiver legalizado, o morador vai pagar imposto territorial e predial. Portanto, com o Promorar, o Governo pretende tirar do bolso do trabalhador o máximo de receita e de arrecadação para os cofres públicos.

PROBLEMAS

Uma rápida passagem por Itararé mostra quais são os principais problemas do bairro. Inúmeras ruas têm abertos enormes valões em toda sua extensão, o que provoca o ajuntamento de mosquitos e o aparecimento de muitos ratos em volta das residências. Os moradores reclamam também da falta de esgotos água e iluminação em diversos locais. No Alto Itararé, a moradora Maria da Conceição da Silva diz que passou dois anos pagando a conta da Cesan, sem receber abastecimento de água.

Há dez dias, no entanto, o fornecimento de água foi normalizado, mas permanece o problema da rede de esgotos. Segundo ela, a única saída para resolver a questão é manter aberta a fossa que existe na área frontal, à sua casa, onde há alguns dias caiu uma de suas filhas, de seis anos.

Um outro problema no Alto Itararé foi a inauguração da creche casulo São Benedito. Segundo Júlia Dulcinéia Petri e Gilsa Helena Barcellos, ambas da comissão de moradores, a creche, foi inaugurada no bairro, no dia 12 de outubro do ano



Júlia Petri muito nova para ser respeitada?



Gilsa Barcellos: perita em levar quedas

passado, mas contra a vontade dos moradores que preferiam cobrar do prefeito de Vitória condições de infra-estrutura física para o bairro. Segundo anúncio feito na ocasião, a creche funcionaria a partir de janeiro. No entanto, ainda hoje, está fechada de mão e sem nova previsão de funcionamento.

ASSEMBLÉIA

Os moradores iam chegando aos poucos na igreja católica, local escolhido para a realização da assembléia. Cerca de 250 deles estiveram na reunião e a maioria permaneceu até o encerramento do encontro, pouco antes das 17 horas. Identificados à entrada, eles ganhavam um crachá com seu próprio nome e o nome da rua onde moram. No interior da igreja, diversas faixas e cartazes esperavam por eles:

— Promorar não: chega de exploração!

— Não queremos Promorar, queremos terra pra morar!

— Se o Promorar chegar, o povo não poderá pagar.

— O Governo criou o Promorar, para o povo se acomodar.

— Se o Promorar chegar, sua casa você terá que deixar.

Durante a assembléia, alguns membros da comissão colocaram-se à disposição dos moradores para esclarecimento das dúvidas sobre o Promorar. Antes que eles se dividissem em grupos para discutir a criação de um ante-projeto que substituisse o programa do Governo Federal ouviram que o Promorar é "um projeto que vem de cima para baixo, sem conhecimento das reais necessidades do povo".

Além disso, segundo a comissão

projeto nasce da impotência do BNH, que em seus 16 anos de funcionamento não chegou ao menos próximo de atingir seu objetivo — dar habitação às populações de baixa renda. Eles garantem que 70 por cento dos trabalhadores brasileiros estão excluídos dos benefícios do Banco Nacional da Habitação. Isto porque, segundo os moradores do Itararé, para pretender uma casa da Cohab, o trabalhador precisa comprovar uma renda mensal de, no mínimo cinco salários mínimos, enquanto que, no Incooop, a exigência é de 12 salários.

Ao final, os moradores decidiram não aceitar o Promorar, criaram uma comissão para elaboração de seu próprio projeto para melhoria do bairro e concluíram que não pagarão o programa oficial durante 35 anos, nem em muito menos. O medo de desapropriações para construção de creches, escolas e centros comunitários levou também a população de Itararé a decidir que, caso a prefeitura precise de áreas vagas, que desaproprie os três grandes terrenos existentes no bairro, de propriedade de um vereador de Vitória e alguns médicos moradores da Praia do Cantô.

De resto, resolveram também ir ao prefeito, ao governador ou mesmo ao presidente da República para defender seus direitos. Enquanto isto não ocorre, os membros da comissão de moradores vão vivendo como podem. Júlia Petri diz que, na luta pela conscientização dos moradores, enfrenta diversos problemas — um líder político local, conhecido como sargento Carioca, disse-lhe que não respeita gente mais nova. E Gilsa Barcellos já se considera perita em levar quedas, na tentativa de chegar a todas as residências do bairro.